

A açucarada língua portuguesa: lusotropicalismo e lusofonia no século XXI

On the Sweetness of Portuguese Language: Lusotropicalism and Lusophony in the 21st Century

Cristine Gorski Severo*
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina / Brasil

RESUMO: O artigo aborda, a partir dos conceitos de Lusotropicalismo e Lusofonia, o processo histórico de mercantilização da língua portuguesa. Inicialmente, expõe o papel econômico da empreitada colonial açucareira no Brasil. Em seguida, explora os sentidos “adocicados” atribuídos à língua portuguesa falada no Brasil como um lugar de inscrição de significados coloniais no processo de constituição da brasilidade da língua e da identidade. Por fim, discute o valor comercial atribuído à língua portuguesa em tempos contemporâneos, sinalizando para o papel desempenhado pelo Brasil nesta nova ordem. A concepção de língua adotada no artigo assume que ela não é neutra, mas ideologicamente saturada e, por isso mesmo, as valorações e significações atribuídas à língua produzem efeitos sobre as práticas linguísticas. Toma-se como corpus uma amostra de discursos, histórica e contemporaneamente produzidos sobre a língua portuguesa do Brasil, oriundos de diferentes gêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa, brasilidade, doçura, açúcar, comércio.

ABSTRACT: This article, stemming from the concepts of Lusotropicalism and Lusophony, presents the historical process of the mercantilization of the Portuguese language. In this sense, this paper first exposes the economic role played by sugar in the Brazilian Colonial Era. After, this text discusses the “sweetened meanings” attributed to the Portuguese language spoken in Brazil as a means of inscribing colonial meanings in the process of the constitution of the Brazilianness of language and identity. Finally, it discusses the commercial value attributed to the Portuguese language in the contemporary era, pointing to the role played by Brazil in this new order. The conception of language adopted in this article assumes that it is not neutral, but rather ideologically saturated

*crisgorski@gmail.com

and, therefore, the values and meanings attributed to language produce effects on language use and its dissemination. The corpus is made up of a sample of both historical and contemporary discourses, from different speech genres, produced about Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Portuguese language, Brazilianness, sweetness, sugar, trade.

Introdução¹

“Só em nova fase de atividade portuguesa – a propriamente colonizadora, a do fim do século XVI e parte do século XVII – o Brasil teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações européias. Essa transformação, em virtude da repentina valorização do açúcar nos mercados aristocráticos e burgueses da Europa. O açúcar tornou-se artigo de luxo, vendido a preços elevadíssimos e dando lucros enormes a produtores e intermediários. Até o mascavo [...] que se exportava para a Europa valendo cerca de vinte xelins por cem libras.” (Gilberto Freyre, 1933)

As reflexões trazidas neste artigo derivam da pesquisa “Língua Portuguesa e Política Externa: vozes, práticas, sujeitos e interesses envolvidos”, que tem como um de seus objetivos resgatar e elencar histórica e contemporaneamente os significados e valores atribuídos à língua portuguesa. Considera-se que tais valorações veiculam e cristalizam discursos coloniais, atravessando épocas e geografias. A pesquisa busca, metodologicamente, organizar um corpus de discursos historicamente situados sobre a língua portuguesa do Brasil, oriundos de diferentes gêneros discursivos, com fins de se mapear as valorações e significações atribuídas à língua. Teoricamente, apoia-se nas reflexões promovidas por Bakhtin e seu Círculo, que tomam a língua como ideológica e valorativamente saturada (BAKHTIN, 1935/1990; 1952-1953/2003), sendo a estrutura linguística um aparato para a materialização de significados e valorações (VOLOSHINOV, 1929/2006). Complementarmente, toma-se como princípio que a avaliação dos usos linguísticos produz efeitos sobre os processos de variação e mudança linguística, conforme atestado por Wenreich, Labov e Herzog (1968/2006, p.124): “O nível da consciência social é uma propriedade importante da

¹ Agradeço as sugestões feitas pelos avaliadores da RBLA e à CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa realizada (Processo BEX 10769/13-7, 2014).

mudança linguística que tem que ser determinada diretamente.” Uma das formas de diagnóstico dessa apreciação social se dá pelo levantamento do percurso histórico dos significados atribuídos à língua (SEVERO, 2011).

O interesse pela dimensão axiológica e política da língua norteia o presente artigo. Muito embora não se trate de promover, no decorrer do texto, discussões teóricas sobre os conceitos de língua, procura-se elencar a discutir valorações atribuídas à língua portuguesa a partir de um olhar histórico e discursivo. Tais valorações produzem efeitos sobre os diversos usos linguísticos (cotidianos, políticos, literários, midiáticos, etc.), fato que justifica o interesse do tema para as pesquisas em Políticas Linguísticas e, consequentemente, em Linguística Aplicada.

Nos últimos anos, tem-se notado uma explosão discursiva sobre o valor econômico da língua portuguesa. A título de ilustração, o simples enunciado “o valor econômico da língua portuguesa” adicionado ao sistema de busca do Google traz como retorno 17.000 resultados. Curiosamente, dentre as 10 primeiras ocorrências estão oito sítios de Portugal, um sítio brasileiro e um sítio americano destinado a brasileiros residentes nos Estados Unidos (*Gazeta Brazilian News*). O primeiro desses resultados é uma notícia veiculada no sítio português do *Observatório da Língua Portuguesa*, que descreve a 3ª Conferência realizada pela instituição (2011) sobre o valor econômico do idioma.² A notícia condensa uma série de trechos de palestras ministradas por representantes de instituições internacionais e por pesquisadores sobre o valor econômico do Português, listando estatísticas que justificariam o crescimento do valor econômico da língua. Assim, a língua portuguesa ocuparia as seguintes posições: 5ª em número de países com essa língua oficial; 7ª em número de traduções como língua de destino e 15ª como língua de origem; 8ª em número de artigos na Wikipédia; 15ª em prêmios Nobel da Literatura; 31ª em termos de índice de desenvolvimento humano; 32ª quanto à presença da língua na Internet; e 91ª posição quanto à taxa de fecundidade. Além disso, o valor da língua em Portugal equivaleria a 17% do PIB do país. Para exemplificar a natureza comercial dos argumentos utilizados, menciona-se:

Afigura-se crucial, num tempo de crise como o actual, apostar crescentemente nos países com quem, ao longo dos séculos, construímos

² Informação disponível em < <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/o-valor-economico-da-lingua-portuguesa/o-valor-economico-da-LP>>. Acessado em 31 de janeiro de 2014.

pontes, afinidades, afectos e uma língua comum. São eles sobretudo o Brasil e Angola que integrarão no presente século, e já integram, o grupo das economias em desenvolvimento ou emergentes, sem esquecer os recursos energéticos e petrolíferos existentes em São Tomé, Moçambique ou Timor. (Observatório da Língua Portuguesa)

O interesse pela dimensão econômica da língua portuguesa parece ter motivado muito mais os portugueses do que brasileiros, angolanos, moçambicanos ou outras sociedades que têm a língua portuguesa como oficial. Não é difícil encontrar avaliações sobre essa realidade, como a do cientista político americano Joseph Nye que revela em um jornal digital português a estratégia da ex-metrópole: “Portugal deve usar o ‘soft power’ (poder suave) da sua Língua e cultura para desenvolver relações com o Brasil e com os países africanos de língua oficial portuguesa. O Brasil teve um progresso econômico e político impressionante nas últimas décadas, e Portugal deverá beneficiar das ligações históricas e linguística.”³

Ainda ilustrando o interesse econômico pelo idioma, aquele mesmo *Observatório* português organizou, em fevereiro de 2013, o *1º Congresso Internacional da Língua Portuguesa*, realizado em Lisboa. Informações sobre o congresso, divulgadas no sítio da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), revelam que o crescimento econômico de Brasil, Angola e Moçambique, além de fatos como a Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016), explicariam o “boom de interesse” pela língua portuguesa. Curiosamente, este assunto foi um dos temas de redação do vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (2014), fato que também ilustra a atualidade do assunto.

Dentre as instituições oficialmente imbuídas de levar adiante a empreitada de difusão e promoção da língua portuguesa estão o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), criado em 1989, em São Luís do Maranhão, no 1º Encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa; e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, como “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”, tendo como um de seus três objetivos gerais “a materialização de projectos

³ Disponível no jornal digital O Emigrante/Mundo Português. Disponível em <<http://www.mundoportugues.org/content/1/10957/portugues-lingua-negocios-oportunidades>>. Acessado em 31/01/2014.

de promoção e difusão da língua portuguesa” (sítio da CPLP, objetivos). A CPLP é composta de nove Estado-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O IILP foi anexado como órgão adicional da CPLP apenas em 2005, no X Conselho de Ministros realizado em Luanda/Angola.

Essa breve apresentação ilustra o papel econômico atribuído à língua portuguesa em tempos de novas configurações globais afetadas pelo crescimento dos chamados países emergentes (entre os quais algumas ex-colônias de Portugal). O presente artigo visa discutir a natureza, os interesses e os efeitos desse papel econômico à luz de um olhar histórico e contemporâneo. Na primeira seção, são apresentadas as condições materiais de emergência de discursos sobre a língua portuguesa como “língua adocicada”; para tanto, será exposto um breve panorama histórico do dispositivo açucareiro no período colonial, bem como das especificidades da colonização portuguesa, a partir das ideias de Gilberto Freyre. Na segunda seção, serão apresentadas e discutidas algumas avaliações feitas, especialmente, por intelectuais e literatos brasileiros sobre a língua portuguesa como “língua adocicada”. Na terceira seção, será discutida a maneira como tais avaliações são atualizadas para fins de mercantilização da língua portuguesa no contexto pós-colonial e multipolar do século XXI. Toma-se como argumento central e fio condutor do artigo a ideia de que as avaliações feitas sobre a língua não são neutras, mas motivadas por questões ideológicas e materiais, conforme atestado por Voloshinov (1929/2006, p.139):

É justamente para compreender a evolução histórica do tema e das significações que o compõem que é indispensável levar em conta a apreciação social. A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo – é inteiramente determinada pela expansão da infraestrutura econômica.

Tal motivação produz efeitos sobre as escolhas linguísticas e a constituição da norma linguística (WENREICH, LABOV, HERZOG, 1968/2006). O presente artigo, portanto, ao fazer um levantamento histórico e contemporâneo de avaliações sobre a dimensão adocicada da língua portuguesa visa demonstrar como tais avaliações sustentam e legitimam a mercantilização da língua portuguesa em tempos atuais. Muito embora outras avaliações sobre a língua portuguesa tenham sido

amplamente difundidas e reiteradas historicamente, como a depreciação da variedade popular brasileira falada por escravizados e ex-escravizados nos séculos XIX e XX (LIMA, 2003; PETTER, 2001), o presente artigo focará a atribuição de uma valoração específica à língua portuguesa. Acredita-se que a avaliação adocicada da língua falada no Brasil revela sentidos coloniais que são reiterados em práticas políticas contemporâneas, em que a língua portuguesa é tomada como mercadoria. A perspectiva histórica proposta no artigo permite a afirmação crítica de que tais avaliações não são neutras, mas emergem no contexto colonial de exploração da cana-de-açúcar e se atualizam nos discursos modernos.

1. Gilberto Freyre, o lusotropicalismo e a empreitada colonial açucareira

Este artigo explora o papel dos significados adocicados atribuídos à língua portuguesa na sua mercantilização moderna. Considera-se que o valor adocicado atribuído à língua portuguesa tem suas raízes na empreitada colonial açucareira centrada na colonização portuguesa. Tais raízes justificam a presente seção em que se explora uma visão histórica da formação colonial brasileira centrada no dispositivo de produção de açúcar, conferindo atenção especial às ideias de Gilberto Freyre. Argumenta-se que o processo histórico de mercantilização da língua portuguesa ocorre por vias da sua valoração como sendo adocicada. Essa valoração se funda nas complexas relações econômicas coloniais.

A noção freyreana de lusotropicalismo refere-se a uma certa abordagem das especificidades da colonização Portuguesa – em detrimento das demais colonizações – nos trópicos, tendo o Brasil como alvo de sua análise. Nesse contexto, o autor de *Casa Grande e Senzala* (1933) procura justificar, com argumentos históricos, a habilidade portuguesa quase natural para colonizar os trópicos, o que se revelaria em suas qualidades adaptativas, plásticas, móveis, amigáveis e não racistas. Tais qualidades justificariam a sua espontânea inclinação à miscigenação e a sua natureza multirracial e pluricontinental. Tais atributos seriam resultado do processo de formação do povo português, afetado por uma história de guerras em um contexto geográfico estratégico, entre a Europa e a África, fato que justificaria uma “antropologia mista desde remotos tempos” (FREYRE, 1933, p.278). Com isso, na tentativa de desenhar uma estética do corpo colonizador português em terras brasileiras que revelasse a sua tendência “natural” para a

miscigenação, Freyre sugere um certo fenótipo: “Homens morenos de cabelo louro. Esses mestiços com duas cores de pêlo é que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII” (p.279).

Outro traço característico da colonização portuguesa seria a sua gerência latifundiária e aristocrática. O modelo latifundiário teria sido herança da postura assumida pela Igreja Católica peninsular em relação às terras após as guerras de reconquista contra os mouros, tornado-se proprietária, com base em sua força militar, de grandes latifúndios. Coube à Igreja a criação de um modelo inicial de administração destas terras: “A colonização latifundiária e semifeudal mais tarde aplicada ao Brasil teve seu começo em Portugal, nessa colonização semi-eclésiástica.” (FREYRE, 1933, p.282).

Já as sementes do perfil colonial português escravocrata e polígamo teriam sido lançadas na escravização de mouros e moçárabes, por cristãos latifundiários, em terras lusitanas. Além disso, as bases técnicas do grande engenho de açúcar também seriam herança da presença moura em terras lusitanas: “O mouro forneceu ao colonizador do Brasil os elementos técnicos de produção e utilização econômica da cana.” (FREYRE, 1933, p.287). Além da técnica, curiosamente, Freyre atribui aos portugueses colonizadores alguns traços de comportamento também herdados dos mouros e de seus descendentes, como a (suposta) “doçura no tratamento do escravo” (p.296) e o “gosto de carne” (p.300) presente nas práticas de devoção (proximidade do devoto com o santo) e nas representações do cristianismo português (imagens religiosas nuas e belas).

Mais especificamente sobre a grande empreitada econômica colonial, centrada na monocultura latifundiária de produção de açúcar, trata-se de um dispositivo complexo de relações de poder. Se, por um lado, o grande ciclo da cana-de-açúcar substituiu e abafou o ciclo do pau-brasil, por outro lado, propiciou o cultivo da policultura e pecuária, além de mobilizar de forma maciça o mercado da escravização.⁴ Além disso, a organização arquitetônica,

⁴ Segundo Furtado (1959/2005, p.18), os portugueses tornaram-se proficientes na escravização e mercantilização dos negros: “Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos; as operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes nos tempos de Dom Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava.” O pioneirismo

distribuição espacial e circulação das pessoas na/entre casa-grande, senzala e capela, com suas devidas funções hierarquizadas, giravam em torno de um poder patriarcal e polígamo: “Os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé-de-boi, no sentido de estabilidade patriarcal” (FREYRE, 1933, p.44). A empreitada açucareira foi engenhosa na instauração de um modelo de relações econômicas que produziu e naturalizou, como efeito, cisões, diferenciações e exclusões sociais, raciais e regionais, como se percebe nesta menção ao índio brasileiro: “O açúcar matou o índio. Para livrar o indígena da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias” (p.229), ou na seguinte referência feita ao negro escravizado: “Foi, aliás, em que se fundou a colonização aristocrática do Brasil: em açúcar e em negros” (p.341).

Na obra de Gilberto Freyre, as diferenciações sociais e raciais operavam mediante um sistema perverso que combinava formas autoritárias e formas plásticas e maleáveis de exercício do poder. Trata-se, usando termos foucaultianos (1977/1999), de duas faces do poder, uma impositiva, jurídica, negativa, e outra plástica, adaptável, produtiva. Tal dimensão plástica e produtiva se revela nas designações freyreanas da empreitada colonial: “‘Adaptável’, ‘sutil’, ‘móvel’, ‘plástica’: eis como Gilberto Freyre caracteriza a empresa colonial no Brasil” (LOPES DA SILVA, 2006, p.6). Muito embora Freyre teça elogios conservadores a tal dinâmica como algo que diferenciaria e singularizaria o colonizador português diante de outros europeus, há que se considerar uma dinâmica perversa e polimorfa do poder que se revela, fundamentalmente, na atribuição à miscigenação de um valor “generoso” e “amigável” da colonização portuguesa.

O grande investimento na indústria açucareira foi o auge da empreitada colonial, sendo motivado por interesses comerciais portugueses nos séculos XVI e XVII, conforme se lê na epígrafe do presente artigo, além de interesses políticos da coroa portuguesa por conservar suas terras no continente americano. Tratou-se de um período de imensa riqueza e ganhos, conforme sinalizado pelo economista brasileiro Celso Furtado (1959/2005, p.52): “A indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos”, embora 90% dos

do colonizado português no comércio de escravos é asseverada por Prado Júnior (1942/1972, p.30): “[...] os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos”.

rendimentos com a empreitada açucareira ficassem nas mãos dos senhores de engenho portugueses. O valor do açúcar no mercado europeu do século XVI também foi objeto de descrição do historiador Caio Prado Junior (1942/1972, p.28): “Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura.”

Tratava-se de uma lógica capitalista mercantil que alimentava o mercado europeu de matéria-prima, sendo que a comercialização do açúcar português, sob o apoio dos holandeses, teria desestabilizado o domínio dos venezianos da região. Ademais, após a recuperação da autonomia política em 1640 em relação à tutela espanhola, Portugal, com vistas a se manter como uma potência colonial, estabeleceu alianças com a Inglaterra que, por sua vez, o tornaram comercial e politicamente dependentes do Estado inglês; tal dependência foi herdada no século XIX pelo Brasil como um dos preços a serem pagos por sua independência (FURTADO, 1959/2005).

Conforme visto, a colonização portuguesa no Brasil caracterizou-se, prioritariamente, pela exploração agrária com fins comerciais, em detrimento da povoação (PRADO JÚNIOR, 1942/1972), o que explicaria o tardio surgimento de universidades na América portuguesa, diferentemente da colonização espanhola que, na sua empreitada colonial, construiu, em 1538, a Universidade de São Domingos, seguida por outras universidades em Lima, Cidade do México, Bogotá, Cuzco, etc. Tal característica da colonização portuguesa é também mencionada por Buarque de Holanda (1936/1995, p.107): “A obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras [...]”. Correlata à ausência das universidades está a tardia inserção da imprensa no Brasil, diferentemente do ocorrido na Cidade do México, onde em 1535 já havia registros de livros impressos. Tais incrementos intelectuais, que sinalizam para a instauração de uma cultura erudita letrada, são formalizados no Brasil apenas com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Evidentemente, um dos propósitos de tal atraso era o de “impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade do seu domínio [português]” (BUARQUE DE HOLANDA, 1936/1995, p.121).

Tais fatos, embora paralelos à implantação da engenhosidade açucareira no Brasil, foram também um dos efeitos do dispositivo colonial na busca de uma unificação e homogeneização. Não por acaso, uma das vias de expansão de políticas lusófonas se dá por intermédio das universidades portuguesas, que atribuem bolsas de estudos a estudantes africanos.

Ademais, não por acaso, as elites brasileiras, africanas e timorenses tiveram sua formação acadêmica nessas universidades. Exemplificando o caso brasileiro: “Sentiam-se perfeitamente cômicos de seu privilegiado acesso à educação e integrados na Metrópole, particularmente em Coimbra, os membros das elites intelectuais da colônia que para lá se deslocavam. Na Universidade, estimulava-se um clima de entrosamento entre metropolitanos e brasileiros, em benefício dos interesses estatais.” (BOSCHI, 1991, p.108).

Espera-se que esta breve apresentação do lucrativo dispositivo colonial açucareiro possibilite compreender as condições históricas e materiais de emergência de sentidos adocicados conferidos à língua portuguesa, como a sua “doçura”, “suavidade” e “maciez”. Tais sentidos foram estabilizados historicamente por meio de discursos de intelectuais e literatos, conforme será discutido na seção seguinte.

2. Do açúcarado engenho à adocicada língua portuguesa

Nesta seção discute-se a maneira como a “doçura colonial” deslizou e impregnou os sentidos atribuídos à língua portuguesa. Interpretam-se os sentidos adocicados atribuídos à língua – como a “doce língua portuguesa” ou a “língua portuguesa tem doçura” – a partir da engenhosidade canavieira colonial. Em outros termos, considera-se que o valor comercial atribuído ao açúcar desde o período colonial até o presente (com a produção de combustível, por exemplo) desliza para a língua portuguesa. Nesse caso, a língua torna-se mercadoria de troca e de comércio, sendo que as instituições portuguesas assumem um papel forte nesse processo, como é o caso do Instituto Camões. Antes de discutir tal interpretação, arrolam-se a seguir alguns sentidos e valores “adocicados” atribuídos à língua, que foram historicamente reiterados e estabilizados, especialmente por discursos acadêmicos e literários.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre tece comentários sobre a “natureza” da língua portuguesa falada no Brasil, pressupondo que a língua teria incorporado certos valores ou atributos em virtude do processo de miscigenação racial:

Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – o ‘modo duro e imperativo’: *diga-me, faça-me, espere-me*. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente

nosso, caracteristicamente brasileiro: *me diga, me faça, me espere*. Modo bom, doce, de pedido. (FREYRE, 2003, p.376-7)

Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana aliada ao clima - outro corruptor das línguas européias, na fervura por que passaram na América tropical e subtropical [...]. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano [...] Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos (p.373).

Caldcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, deliciouse com o português colonial. Um português gordo, descansado. Distinguiu-o logo do da metrópole (p.374).

A miscigenação das raças como um traço característico da engrenagem colonial teria deslizado para as línguas. A natureza adocicada, amolecida, deliciosa, dengosa, servil e suave, valores que são transpostos para a língua falada no Brasil e que a distinguiriam do português da metrópole, seriam efeitos das relações entre um colonizador mais adaptável, solidário, protetor e tolerante com escravizados submissos, obedientes e servis. A língua portuguesa da colônia passa, então, a incorporar uma vagareza e lentidão na fala, quase como reflexo dos efeitos do clima e da miscigenação das raças. Evidentemente, tais valores não são neutros, mas encarnam relações de poder que diferenciam, hierarquizam, naturalizam e perpetuam discursos sobre a língua da colônia em oposição à língua da metrópole. E a vagareza e a lentidão da vida brasileira, materializadas na forma de falar, teriam sido efeitos da mistura de raças: “Terá influído aí a índole portuguesa, sobretudo quando amaciada pelo contato com os trópicos e a geral moleza que caracteriza a vida brasileira.” (PRADO JÚNIOR, 1942/1972, p.277).

Tais valores e discursos, contudo, não se restringiram à obra *Casa Grande e Senzala*, mas são amplamente compartilhados e usados para caracterizar a língua portuguesa em terras brasileiras. A título de ilustração, os primeiros registros literários escritos que abordam o açucaramento (doçura) da língua portuguesa no Brasil datam de 1705, conforme se lê na dedicatória da obra barroca *Música do Parnaso* do baiano Manuel Botelho de Oliveira:

Nesta América, inculta habitação antigamente de Bárbaros índios, mal se podia esperar que as Musas se fizessem brasileiras; contudo quiseram também passar-se a este empório, aonde, como a doçura do açúcar é tão simpática com a suavidade do seu canto, acharam muitos engenhos [...] (*apud* TEIXEIRA, 2000, p.200)

Outro registro escrito remonta a 1824-1825, feita pelo baiano Visconde de Pera Branca que, na introdução que escreveu para o *Atlas Ethnographique du Globe* a pedido do geógrafo Adrien Balbi, teria caracterizado o falar brasileiro como “mais doce, mais ameno” (PINTO, 1978). Nesse contexto valorativo, como já diria Chave de Melo (1972, p.7) – a respeito da atribuição de invenção da “língua brasileira” a José de Alencar –, “há certas afirmações que passam em julgado, entram no patrimônio intelectual de uma comunidade e ganham a força de um axioma”. Pois bem, para além do brasileiro literário de Alencar, acredita-se que a “açucarização” da língua portuguesa como atributo de uma brasilidade se tornou, por motivações políticas, um desses axiomas, conforme será ilustrado nos excertos que seguem:

[...]
Língua minha dulcíssima e canora,
Em que mel com aroma se mistura,
Agora leda, lastimosa agora,
Mas não isenta nunca de brandura;
Língua em que o afeto santo influi e ensina
E derrama e prepara
A música mais rara — e mais divina.
[...]
(José Albano, Ode à língua portuguesa, 1912)

As relações sociais que introduziram o termo *sinhá* são desconhecidas aos europeus. No velho mundo a escravidão foi com mui raras exceções a tirania doméstica: e não se repassou como no Brasil dos sentimentos os mais generosos [...] Não podem pois estranhos compreender a doçura e a expressão do vocábulo, com que o escravo começou a designar a filha do seu senhor. (ALENCAR, [1874]1978, p.134).

José Albano (1882-1923), autor da *Ode* acima, teve seus trabalhos publicados apenas em 1948 em uma coletânea organizada de poemas

seus por Manoel Bandeira, com o título de *Rimas*. Sem pretensões de maiores considerações literárias, interessa vislumbrar no excerto, de estilo quinhentista do classicismo camoniano português (AZEVEDO, 2000), os sentidos atribuídos à língua, que revelam a sua doçura, suavidade, singeleza e sonoridade, fazendo menção especialmente à modalidade oral da língua: *dulcíssima, canora, em que mel com aroma se mistura, não isenta de brandura, língua em que o afeto santo influi, a música mais rara*. Na contramão do classicismo de Albano está o texto do já mencionado José de Alencar, ícone do romantismo literário brasileiro. O trabalho estético-literário de Alencar elegeu a forma linguística como lugar de inscrição da brasilidade, fato que cristalizou o tal axioma de inventor da língua brasileira (CHAVES DE MELO, 1972). Apesar da motivação nacionalista de Alencar, nota-se a atribuição de valores - como cordialidade, generosidade e amistosidade - às atitudes do colonizador português, valores que se inscreveram, por exemplo, no uso do pronome de tratamento “sinhá”, uma variante adocicada de “senhora”, pelos escravizados. Com isso, o patrono do romantismo literário brasileiro parece ter antecipado em cerca de 50 anos a tese do lusotropicalismo de *Casa Grande e Senzala*.

Para além de autores literários brasileiros, as avaliações sobre a doçura da língua portuguesa circulam largamente por diferentes esferas sociais, conforme os excertos abaixo:

Afastados da língua portuguesa falada em Portugal já estamos há muito tempo. A começar pela pronúncia das palavras e entonação da voz. O país lusitano está tornando a língua portuguesa cada vez mais consonantal, enquanto a nossa é cada vez mais vocálica. Tanto é que, segundo alguns turistas estrangeiros, o português falado no Brasil é açucarado, romântico e sensual, bem diferente do falado em Portugal, que é bastante áspero. (LUDIASBH, 2013)

- Por que os portugueses falam que o sotaque português do Brasil é açucarado??? - Como assim açucarado??? Nosso sotaque é bem inteligível: falamos mais devagar e não comemos sílabas ou a parte final das palavras... Tirando as palavras de origem indígena, é muito mais bonita a pronúncia brasileira... (UOL, *Fórum de jogos online*, 2011)

O primeiro excerto é uma resenha da *Nova Gramática do Português Brasileiro*, publicada em um blog voltado para os temas de arte e cultura.

Interessante notar a explicação fonológica, quase científica, para a natureza açucarada, romântica e sensual da língua: a tendência mais vocalizada da pronúncia do Português brasileiro (doravante PB), diferentemente do europeu, teria “adocicado”, “amaciado” a língua. Para além das evidentes diferenças prosódicas entre PB e Português europeu (doravante PE), interessa notar a maneira como atributos açucarados a aveludados são naturalizados ao serem inscritos como marca de distinção estrutural entre as duas variedades linguísticas, como se a pronúncia das vogais carregasse em si mesma um valor adocicado. Ademais, estudos de fonologia do PB revelam que, de forma geral, tal tendência à pronúncia das vogais átonas já estaria presente no português arcaico, o que invalidaria, por exemplo, a tese de que a vocalização e, portanto, a suposta açucarização do PB, teria sido efeito de uma hibridização do PE com as línguas africanas e indígenas: “Em todas as posições átonas, aliás, há para contar em Portugal como uma violenta redução da vogal [...] dando ao vocalismo átono do Português europeu uma característica que logo o separa do Português brasileiro” (MATTOSO CÂMARA JR., 1976, p.45). Desse modo, a açucarização do PB não teria um fundamento estrutural, mas, sim, discursivo (político): a miscigenação teria sido discursivamente inscrita no PB por vias da atribuição de valores “açucarados” à pronúncia brasileira. Ademais, o excerto retirado de um fórum de jogos *online* revela a força e o alcance da açucarização da pronúncia do PB no imaginário social como traço fonológico distintivo do PE.

O recorte abaixo, de uma entrevista realizada com o escritor argentino Alberto Manguel, revela apreciações linguísticas contemporâneas de um literato estrangeiro:

Não falo português, que para mim é como ler através de um vidro escuro, mas há uma música, uma doçura, um sentido de que é uma língua respeitosa, que a mim encanta, em particular no uso de ‘você’, de ‘senhor’. Sempre me pareceu uma língua que respeita constantemente o interlocutor, coisa que não se sucede no espanhol, por exemplo, e certamente não com o inglês. (MANGUEL, Alberto. *A leitura do mundo*, 2011).

Novamente, nota-se uma aproximação entre usos pronominais na cultura brasileira e a doçura e respeitabilidade da língua. Se a língua portuguesa respeita o interlocutor diferentemente do espanhol ou inglês, isso poderia ser ratificado pela diferenciação entre as colonizações levadas a cabo por Portugal, Espanha e Inglaterra. O lusotropicalismo português teria

produzido o imaginário de relações respeitadas, amistosas e cordiais:

Os espanhóis apressam entre os incas, astecas e maias a dissolução dos valores nativos na fúria de destruírem uma cultura já na fase de semicivilização [...] Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses nos preconceitos de cor e de moral cristã [...] (FREYRE, 1933/2003, p.156)

Da doçura da língua ao brasileiro dócil: o açúcar e a açucarização da língua e da identidade nacional passaram a representar uma dada brasilidade; ironicamente, a defesa da língua doce passou a propagar o discurso colonial. Surge, então, nos discursos intelectuais, o brasileiro meigo, obediente, compreensivo e cordial. Foi nesse embalo que Buarque de Holanda (1936/1995, p.146-148) desenhou o perfil cordial do brasileiro:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”.⁶ A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. [...] A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais sensíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração.

Não se trata, neste artigo, de detalhar o conceito de “cordial” cunhado por Buarque de Holanda, mas tão somente de ilustrar os percursos trilhados pelos sentidos açucarados. Esta expansão semântica que inscreve a doçura canavieira na identidade e na língua brasileiras, nas formas de *homem cordial e língua doce*, é ratificada por uma checagem rápida dos sentidos figurados atribuídos ao verbete *doce* no dicionário Houaiss: “indivíduo dócil, meigo, obediente, educado, simpático, compreensivo etc.”

Essa discussão sobre o papel econômico do açúcar na empreitada colonial e a “açucarização” da língua portuguesa e da identidade como marca de brasilidade nos possibilitará abordar, na sequência, o papel da língua portuguesa e do Brasil no contexto contemporâneo da lusofonia. Defende-se a tese de que a língua portuguesa é mercantilizada por discursos contemporâneos que visam a sua difusão e divulgação internacional. Tal mercantilização tem suas raízes em práticas coloniais, como é o caso do

dispositivo de produção da cana-de-açúcar. A atribuição de um valor rentável à língua é efeito do processo histórico de reificação da língua portuguesa e de sua transformação em um produto de consumo.

3. A língua portuguesa como mercadoria: o açúcar pós-colonial

Se em tempos coloniais o açúcar foi o carro-chefe da economia portuguesa, em tempos contemporâneos, em que uma nova configuração geopolítica e econômica se desenha, o açúcar europeu evaporou-se para materializar na língua a sua nova moeda de troca. Assim, a língua tomada como mercadoria parece ser uma tendência de tempos globais: “Na era do *merchandising* globalizado, o fato de que a língua tem-se tornado uma mercadoria através da mídia privatizada é um fator não desprezível”⁵ (CAHEN, 2011, p.308). Nesta seção, pretende-se averiguar o papel desempenhado pela língua portuguesa nas políticas externas econômicas e culturais contemporâneas que envolvem os países que integram a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), além dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Como exemplo revelador de tais políticas menciona-se o fato de, em 1994, o Instituto Camões ter sido deslocado do Ministério de Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

As instituições modernas encarregadas de divulgar a LP no mundo são, basicamente, a CPLP, o IILP e o Instituto Camões, além de iniciativas dispersas do governo brasileiro. A CPLP, comunidade dos países de língua portuguesa, foi oficialmente criada em 1996, embora o Instituto Internacional de Língua Portuguesa exista desde 1989. Historicamente, várias iniciativas de unificação embalsamaram as políticas internacionais (SILVA, 2010; DINIZ, 2008): em 1929 foi criada a Junta de Educação Nacional em Portugal, que em 1939 foi transformada em Instituto para Alta Cultura e, em 1976, o Instituto para Alta Cultura foi substituído pelo Instituto de Cultura Portuguesa, responsável por intercâmbios culturais; em 1931 foi feito o primeiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil; em 1937 foi criado o Serviço de Cooperação Intelectual no Ministério das Relações Exteriores do Brasil; em 1943 foi assinado o segundo Acordo Ortográfico entre Portugal

⁵ “*In the era of globalised merchandising, the fact that language has itself become a commodity through privatised media is a not insignificant factor.*” Tradução nossa.

e Brasil; em 1945 o Brasil assumiu oficialmente a designação de língua portuguesa, ao invés de língua brasileira, para a variedade falada no país; em 1971 foi feito o terceiro acordo ortográfico; em 1990 foi assinada a primeira versão do acordo ortográfico entre os membros do CPLP, com exceção do Timor Leste; em 1991 foi criada no Brasil a Sociedade Internacional de Português como Língua Estrangeira; em 1992 o Instituto de Cultura Portuguesa passou a ser chamado de Instituto Camões, que atualmente tem centros culturais portugueses espalhados por todos os países da CPLP, além de China, Japão, Tailândia, Índia, Espanha, França, entre outros; em 1993 foi criado no Brasil o exame de proficiência de Língua Portuguesa (Celpe-Bras) e em 1999 foi fundado em Portugal o centro de avaliação do Português como LE; em 2010 foi criada na cidade de Redenção, Ceará, a Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira; entre outras iniciativas.

De forma geral, nota-se que o empenho português – sobretudo pela força do Instituto Camões – é mais amplo e ostensivo que o brasileiro nas políticas de difusão e promoção da língua, sendo que Portugal tem se concentrado mais nos continentes europeu, africano e asiático, e o Brasil na América Latina (SILVA, 2010). Tais iniciativas revelam o empenho governamental, especialmente por parte de Portugal, em formalizar o papel político da língua portuguesa na manutenção/reestruturação da lusofonia como um espaço (simbólico e geopolítico) compartilhado e comum, apesar da estratificação da LP no mundo, afinal: a “diferenciação [linguística], entretanto, não lhe compromete a unidade, apesar da sua evolução na Europa e acidentada história expansionista, a língua portuguesa tem conseguido manter-se, até hoje, apreciavelmente coesa”. (MINGAS, 2009, p. 2).

Na contramão da empreitada lusófona, nem todos os países integrantes da CPLP – Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste – assumem um posicionamento homogêneo e unificado, muito embora a língua portuguesa seja oficial em todos eles, conforme pode ser ilustrado pela reflexão de Mia Couto sobre Moçambique: “A adesão moçambicana à lusofonia está carregada de reserva, aparentes recusas, desconfiadas aderências.” (COUTO, 2009, p.187). A fragmentação do imaginário de unidade lusitana seria visível em vários aspectos, como na existência de uma pluralidade de línguas, crenças religiosas, rituais, sistemas de resolução de conflitos, entre outros. O fato de em muitos desses países a língua portuguesa não ser majoritária, apesar de oficial, sinalizaria para os limites da lusofonia como ideal homogeneizador.

Ademais, a língua portuguesa não seria “a mesma” na geopolítica lusófona, uma vez que a nativização da língua produz a emergência de variedades híbridas, como português angolano, moçambicano ou timorense, entre outros: “Ela, a língua portuguesa, foi apropriada e *nativizada* e foi através dela que, sob a punção da aspiração emancipatória, se traçou o itinerário do despertar das consciências visando a afirmação identitária.” (MATA, 2009, p.16). Nesse sentido, a lusofonia seria vista como um espaço multipolar de intersecção entre identidades (LOURENÇO, 1999).

Muito embora haja um movimento centrífugo em relação à lusofonia, especialmente entre os PALOPs, de defender as diferentes apropriações, reinvenções, interpretações da lusofonia a partir dos usos reais e locais da língua portuguesa em contato com outras línguas e culturas, o presente artigo propõe que nesta luta de braços o que está em jogo parece ser muito mais o valor comercial atribuído à língua do que seu valor cultural ou social. O mercado da língua portuguesa tem financiado bolsas de estudos de alunos africanos e timorenses em Portugal e, mais recentemente, no Brasil, além de produzir uma série de missões para ensino de LP (via editais da CAPES/MEC) nos países em que uma pequena parcela da população fala a língua; vários professores e alunos de programas brasileiros e portugueses de pós-graduação são levados a missões para o ensino de LP em países africanos e no Timor Leste. Além disso, após 1985 uma série de cursos e materiais didáticos foram criados, voltados para o ensino de LP como língua estrangeira (DINIZ, 2008); e, mais recentemente, empenhos acadêmicos têm se voltado ostensivamente para a produção de instrumentos linguísticos de LP como segunda língua. Estudantes africanos e timorenses têm sido também incentivados (programas PEC-G e PEC-PG/MEC) a cursar graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, entre outros exemplos. Não se trata aqui de discorrer detalhadamente sobre as várias iniciativas institucionais, governamentais ou individuais que engrossam o processo de mercantilização da LP – o que passa por ressignificações da língua portuguesa (língua nacional, língua oficial, língua materna, língua estrangeira, língua adicional, segunda língua, língua instrumental etc.) –, mas tão somente de problematizar tais atitudes no interior de um processo histórico e econômico mais amplo.

Além do mercado das línguas, há uma série de outros acordos econômicos que envolvem a presença de empresas brasileiras em terras africanas e no Timor Leste, como é o caso da Vale, Petrobras, Odebrecht, Camargo Corrêa, frigorífico JBS, entre outras, com apoio do BNDS.

Ademais, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vinculada ao Ministério de Relações Exteriores priorizou, nas relações técnicas Sul-Sul, as seguintes áreas: “agricultura e educação (programas de alfabetização) [...] secundadas pelas áreas de formação de quadros técnicos, biocombustíveis (etanol e diesel), saúde (combate ao HIV/aids), apoio eleitoral (urnas eletrônicas), cooperação desportiva (futebol), entre outras.” (VIDIGAL, 2010, p.42). Nota-se que, novamente, língua e cana-de-açúcar – o Brasil é o maior produtor de etanol do mundo (ELIA, 2012) – assumem valores econômicos centrais nos projetos de cooperação técnica. Contudo, a presença brasileira em terras africanas não se resume às empresas brasileiras e missões de alfabetização: o Brasil tem também exportado cultura de massa (telenovelas brasileiras), modelo de cultivo agrícola e missões religiosas, especialmente neo-pentecostais. Evidentemente, tais “produtos” não são neutros, mas saturados de representações sociais preconceituosas, dogmáticas e excludentes, conforme sinalizado pela escritora moçambicana Paulina Chiziane, em palestra conferida na 1ª Bienal do Livro e da Leitura (2012), em Brasília: “De tanto ver nas novelas o branco mandando e o negro varrendo e carregando, o moçambicano passa a ver tal situação como aparentemente normal [...] Quando uma ou várias igrejas chegam e nos dizem que nossa maneira de crer não é correta, que a melhor crença é a que elas trazem, isso significa destruir uma identidade cultural.” Em Angola, a dimensão do impacto ideológico de certos grupos brasileiros neo-pentecostais sobre a população levou o governo a banir do país, por “propaganda enganosa”, certas igrejas evangélicas (MELLO, 2013). E se as igrejas têm tido um poder de inserção grande e massivo, muito se deve à língua portuguesa, fato que evidencia a ausência desses grupos em terras africanas “francófonas” ou “anglófonas”.

A lusofonia contemporânea, portanto, assume duas faces complementares: diante da dinâmica global e internacional, funciona como uma comunidade relativamente homogênea de países que têm a língua portuguesa como oficial, fruto de processos de (des)colonização de Portugal. Nesse caso, distingue-se da francofonia, hispanofonia ou anglofonia. Por outro lado, na sua face interna, revela-se como heterogênea: Portugal revive, no plano simbólico, o sonho de um “império lusitano”, lutando por conservar a sua presença no plano global (LOURENÇO, 1999); e nesse plano simbólico, a língua assume papel fundamental, tornando-se o vetor de difusão da lusitanidade, como se a língua se tornasse um prolongamento do Império/Estado português. Já os países africanos rejeitam categorias

unificantes e reivindicam uma pluralidade de lusofonias, baseadas nas diferentes formas históricas de assimilação e ressignificação da língua e cultura portuguesa/europeia. O Brasil, no embalo das representações açucaradas que ajudaram a constituir um imaginário de brasilidade como distinto do europeu, tem produzido políticas que reforçam, historicamente, o mito do monolinguismo brasileiro (OLIVEIRA, 2000), embora, estrategicamente, também reconheça a diversidade linguística nacional. E, por fim, as instituições que atuam a favor de uma unidade lusitana, embora reconheçam as diferenças linguísticas, culturais e étnicas, apostam em uma (certa) memória compartilhada, ratificada pela língua portuguesa, que validaria políticas comuns levadas a cabo por uma comunidade geopolítica lusitana, a CPLP.

Palavras finais

Curiosamente, o “sucesso” da empreitada brasileira nos países integrantes da CPLP tem relação com seu perfil adocicado: “A imagem do Brasil no exterior é muito positiva, especialmente na África e no Oriente Médio, pois o Brasil não se envolve em questões internas e conflitos.” (CRETOIU *apud* CARRIERI, 2013). Não por acaso, o Brasil é visto na cena internacional como um mediador pacífico de conflitos internacionais, primando pelo respeito, diálogo e pelas relações solidárias e amistosas: “Trata-se da construção de uma potência cordial, pretensamente cooperativa e moderna no plano internacional, porém, incapaz de superar suas mazelas internas.” (VIDIGAL, 2010, p.36). Econômica, política, religiosa e culturalmente, o feitiço lusotropicalista virou-se contra o feiticeiro português: os açucarados, doces, solidários e cordiais jeito e língua brasileiros assumem na cena internacional o papel subimperialista, sustentado estrategicamente pela política externa brasileira.

Testemunhamos o nascimento de uma brasilfonia?

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. Carta V [1874]. In: PINTO, E. P. (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- AZEVEDO, S. José Albano é homenageado. *Jornal de Poesia*. Especial para o Vida & Arte, de O Povo, 27.05.2000. Disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br/@san04.html>. Acessado em 05 de fevereiro de 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e Estética: o discurso no romance [1934-1935]*. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso [1952-53]. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1936/1995.
- CAHEN, Michel. Portugal Is in the Sky: Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity and Lusophony. In: MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel (Org.). *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- CARRIERI, Marcos. África atrai multinacionais brasileiras. *Agência de notícias Brasil-Árabe*. 28/08/2013. Disponível em <<http://www.anba.com.br/noticia/21602935/macro/africa-atrai-multinacionais-brasileiras/>> Acessado em 06 de fevereiro de 2014.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Alencar e a língua brasileira*. 3ªed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- CHIZIANE, Paulina. Novelas brasileiras passam imagem de país branco, crítica escritora moçambicana. *Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação*, 17/04/2012. Disponível em < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-17/novelas-brasileiras-passam-imagem-de-pais-branco-critica-escritora-mocambicana>> Acessado em 30 de janeiro de 2014.
- COUTO, Mía. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2008.
- ELIA, Gianluca. *O subimperialismo brasileiro na África: estudo de caso sobre Moçambique*. Monografia. Universidade Católica de Minas Gerais, Curso de Relações Internacionais, 2012.

- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977/1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 1933/2003, 365p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ªed. São Paulo: Editora Nacional, 1959/2005.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*. Sentidos de mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LOPES DA SILVA, Fábio. Freyre & Foucault: *Casa-Grande & Senzala* como microfísica do poder. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. vol.3, Ano III, n.3, jul./ago./set., 2006. p.1-20.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- LUDIASBH. A Nova Gramática do Português Brasileiro. *Virus da Arte & Cia*: Site brasileiro especializado em arte e cultura, 2013. Disponível em <<http://virusdaarte.net/a-nova-gramatica-do-portugues-brasileiro/>> Acessado em 06 de fevereiro de 2014.
- MANGUEL, Alberto. A leitura do mundo: Entrevista com o ensaísta argentino à *Revista Língua Portuguesa*. Dez., 2011.
Disponível em <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/63/artigo249003-1.asp>> Acessado em 06 de fevereiro de 2014.
- MATA, Inocência. No fluxo da resistência: a literatura, (ainda) universo da reinvenção da diferença. *Gragoatá*. Niterói, n.27, 2009. p.11-32.
- MATTOSO CAMARA JR, J. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a língua brasileira*. 3ªed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MELLO, Patrícia Campos. Angola proíbe a operação de Igrejas Evangélicas no país. *Folha de S. Paulo*, 27 de abril de 2013.
Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1269733-angola-proibe-operacao-de-igrejas-evangelicas-do-brasil.shtml>> Acessado em 10 de janeiro de 2014.
- MINGAS, Amélia Arlete. A Língua Portuguesa e a sua dimensão comunitária no quadro da CPLP. In: *ExpoLíngua*. Lisboa, 4 a 6 de Março, 2009.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: MOURA E SILVA (Org.). *O direito à fala? A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

- PINTO, E. P. (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- PETTER, Margarida M. T. Africanismos no Português do Brasil. In: ORLANDI, Eni (Org.). *História das Idéias Linguísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p.223-234.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1942/1972.
- SEVERO, Cristine Gorski. Entre a sociolinguística e os estudos discursivos: o problema da avaliação. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v.14, p.7-15, 2011.
- SILVA, Diego Barbosa. O passado no presente: história da promoção e difusão da Língua Portuguesa no exterior. *Cadernos do CNLF*, vol.XIV, nº.4, t.4, 2010. Disponível em: <http://www.delfimsantos.com/textos/DSilva_Historia_promocao_lingua_portuguesa_exterior_sd.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2014. p. 3018-3034.
- TEIXEIRA, Ivan. O engenho fidalgo – Manuel Botelho de Oliveira. *Revista USP*, n.50, 2000. p.178-209.
- UOL JOGOS. Fórum de jogos online: Por que os portuguesas falam que o sotaque português do Brasil é açucarado???, 2011. Disponível em <http://forum.jogos.uol.com.br/_t_1293567>. Acessado em 06 de fevereiro de 2014.
- VIDIGAL, Carlos. Brasil: potência cordial? A diplomacia brasileira no início do século XXI. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2010. p.36-45.
- VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* [1929]. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvim I. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística* [1968]. Trad. Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Ed. Parábola, 2006.

Data de submissão: 11/02/2014. Data de aprovação: 26/07/2014.

